

# “Memórias” de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e “teorizações” nativas do jogo político

**Igor Gastal Grill<sup>1</sup>**

## Resumo

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa mais ampla sobre a atividade da escrita (livros de memórias, ensaios, análises, romances, etc.) entre profissionais da política no Brasil. O foco privilegiado aqui são as memórias produzidas por deputados federais e senadores que atuaram ou atuam no Congresso Nacional. Instrumento do trabalho simbólico de autoapresentação, de construção da própria imagem e de administração das identidades estratégicas, os relatos analisados fixam modalidades de eventos valorizados, de entradas na política e de demarcação do espaço dos especialistas da representação política. O *corpus* permite ainda examinar as teorizações nativas fornecidas pelos parlamentares em torno das regras, papéis e definições concorrentes relativos ao jogo político. Do mesmo modo, possibilita a comparação entre momentos históricos, contextos regionais e padrões de institucionalização da vida política.

**Palavras-chave:** Memória. Profissão política. Elite. Identidades estratégicas. Institucionalização.

## 1. Introdução

A produção de “memórias” é um dos tipos de empreendimentos de escrita a que se dedicam políticos profissionais e se constitui num universo de análise particularmente privilegiado para a apreensão de estratégias e princípios de afirmação e hierarquização do mundo político em diferentes condições históricas e regionais. Adiciona-se às potencialidades específicas da reflexão em

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia e Antropologia Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Brasil. Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais – LEEPOC. É autor de artigos publicados nas revistas *Sociologia e Política*, *Dados*, *Antropolítica*, *Revista de Ciências Sociais*, *Sociologias*, entre outras, do livro “Heranças políticas” no Rio Grande do Sul (2008) e organizador das coletâneas *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas* (2008) e *Eleições Municipais no Maranhão* (2010) pela Edufma. E-mail: [igorgrill@terra.com.br](mailto:igorgrill@terra.com.br).

torno desta fonte-objeto, a possibilidade de dar sequência às investigações sobre especialização política que vêm sendo realizadas a partir do estudo de duas configurações regionais: Rio Grande do Sul e Maranhão. Essas pesquisas aportam sobre as origens sociais, as carreiras e as concepções sobre o *métier* político, por meio do exame de entrevistas em profundidade, biografias e autobiografias ou “memórias” relativas a parlamentares eleitos no período 1945-2010 nos dois estados (GRILL, 2008; 2009).

A discussão aqui apresentada se centra nas “memórias” produzidas por ocupantes de cargos eletivos que atuaram politicamente no referido período. O material reunido em momentos anteriores, e que serviu como fonte de informação fértil, é agora objeto de um exame muito mais detalhado e minucioso, desvelando as lógicas de produção e as estratégias de comunicação inscritas nas próprias fontes. Para demonstrá-las são examinadas quatro “memórias” exemplares de políticos que protagonizaram disputas eleitorais em dois períodos distintos (1945-1970 e 1965-2010) e em duas configurações regionais com características bastante discrepantes (MA e RS).

Inicialmente, é importante ressaltar que se referem a “lugares privilegiados de observação das estratégias simbólicas [...] de gestão da identidade estratégica” (NEVEU, 1992, p.8), ou seja, constituem-se em instrumentos de administração das etiquetas, marcas, enfim, modos de existência pública múltiplos, contraditórios, amalgamados que formam a(s) identidade(s) incessantemente construída(s), redefinidas, associadas aos políticos, e reivindicadas por esses “empreendedores em representação” (COLLOVALD, 1988, p.29). Além de um gênero em que “falar de si” envolve “lapidar a imagem”, mediante o qual a leitura retrospectiva das ações não está governada pela tática prospectiva da luta eleitoral ou das batalhas políticas mais imediatas, mas pelo zelo com a própria “imagem” a ser transmitida (LE BART, 1998). Com a especificidade de ser uma modalidade de autoapresentação espontânea (não provocada pelo pesquisador) ou negociada com um jornalista-editor que desfruta da confiança e cumplicidade com o narrador (mais ou menos conduzida por um ou por outro). Dito de outro modo, examinam-se relatos que estão diretamente ligados à vontade do autor em tomar a palavra publicamente, o que implica se sentir autorizado social e politicamente e possuir ou acreditar possuir competência linguística e intelectual para tal empreendimento. Isso está diretamente ligado à capacidade de tomar um mínimo de distância do que é relatado, de

encontrar uma demanda (escuta) por sua fala, de estar em uma “fase da vida” na qual isso é legítimo e imerso em um conjuntura que propicia a emergência do discurso (POLLAK, 2000).

A autoridade conferida aos autores desse tipo de produção, quando “demandados” a “contar a sua vida”, e a posição assumida por eles, quando se lançam na tarefa de produzir suas memórias, conferem a esse *corpus* uma riqueza ímpar. Uma vez que revelam percursos representativos (além de muito bem-sucedidos) próprios a diferentes estados do espaço político e a distintas configurações regionais, evidenciando repertórios, gramáticas e códigos de luta política. Material empírico que oferece, ademais, relatos de agentes que se situam na condição de descrever um “tempo” do qual foram protagonistas e elaborar uma gama de “leis”, “regras”, “normas”, etc. que regeriam o “mundo da política”. Logo, o alcance heurístico desse expediente ultrapassa os casos em tela e avança para a compreensão do funcionamento dessa dimensão da vida social no Brasil, em díspares momentos e cenários.

Sustenta-se, com efeito, que o tratamento das “memórias” produzidas por políticos brasileiros que ocuparam cargos a partir de 1945 traz a relevo tais dimensões já verificadas em estudos sociográficos (GRILL, 2008; 2009), com alguns ganhos analíticos. Dentre eles, a potencialidade que o gênero de escrita autobiográfica apresenta para o exame do *métier* político, dos seus condicionantes, dos recursos mobilizáveis, dos movimentos exigidos/permitidos, e da incorporação de um conjunto de regras, sentidos e domínios práticos para atuar no espaço político especializado (BOURDIEU, 1989; OFFERLÉ, 1999).

Quando situado em relação a outras modalidades de escrita identificadas em um estudo mais amplo<sup>2</sup>, as *confissões políticas*, das quais fazem parte os relatos autobiográficos ora analisados, representam apenas 2,8% do total de textos de autoria de políticos que ocuparam os cargos eletivos. As demais, “biografias históricas”, “generalistas”, “setoriais” e “literaturas”, adotando-se as categorias

2 Trata-se da pesquisa realizada no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC) da Universidade Federal do Maranhão. As formulações preliminares da problemática podem ser encontradas em Reis e Grill (2008), REIS (2012) e Grill (2012). Um tratamento quantitativo acerca das correlações entre gêneros de escrita e padrões de carreiras políticas pode ser consultado em GRILL e REIS (2012). O estudo mais amplo se baseou no levantamento de informações biográficas sobre carreiras e produção escrita entre parlamentares, a partir dos verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas (ABREU et al., 2009).

propostas por Le Bart (1998), contabilizaram frequências maiores, quais sejam: 44% para "generalistas" (textos sobre temas conjunturais); 25% para "setoriais" (escritos de políticos que ativam um saber especializado em uma área de conhecimento); 13% para "biografias históricas" (descrições de personagens, eventos ou períodos da história sem o autor<sup>3</sup> ter deles participado); e 10% para "literaturas" (especialmente romances, contos, crônicas e poesias reunidos em livros). Todavia, observa-se aqui que a escassez de trabalhos de edificação de "memórias", especialmente no que diz respeito às narrativas cuja ênfase recai na descrição autobiográfica, está interligada com perfis políticos e desdobramentos peculiares de carreiras que autorizam o investimento neste bem raro.

A abordagem adotada no trabalho de interpretação do *corpus discursivo* segue duas trilhas complementares. A primeira centra o olhar nas estratégias de autoapresentação de vários personagens da vida política brasileira que se lançaram em empreendimentos de reconstituição dos seus itinerários biográficos, considerando cada um deles como "ideólogos da sua própria vida" (BOURDIEU, 1996, p. 75) e produtores de uma "apresentação oficial de si" (BOURDIEU, 1996, p. 80). A segunda encontra nesses textos "uma expressão estimulante da relação vivida com o *métier* político, a intuição frequentemente penetrante das suas lógicas" (NEVEU, 2003, p.104). Com efeito, dois eixos interdependentes de investigação se abrem na elucidação das modalidades de construções autobiográficas, quais sejam: a gestão da memória, consequentemente da identidade social (POLLAK, 2000); a teorização nativa sobre as regras do jogo, logo a evocação das técnicas e do *savoir-faire* necessários para atuar no espaço da política (NEVEU, 2003).

Os eixos de análise privilegiados, então, foram: 1) a relação entre as características sociais e políticas dos biografados e os tipos de relatos produzidos; 2) as modalidades de estruturas narrativas em pauta (mais próxima da "história de vida" ou do "testemunho histórico"); 3) as formas de qualificação das obras operadas pelo próprio político (autor) e/ou por seu editor, sem deixar de captar o conjunto de etiquetas (classificações) presentes nos prefácios,

---

3 As expressões "autor", "livros" e "obras" que aparecem constantemente ao longo do texto não significam desconhecimento quanto à propensão de serem tomados como unidades imediatas, certas e homogêneas e todas as advertências feitas por Foucault (2000) a respeito.

nas capas, nas contracapas, nas orelhas e nos títulos das coleções. Além disso, duas ênfases de análise assumiram centralidade: 1) o exame do trabalho de enquadramento das memórias (POLLAK, 2000) presentes nos depoimentos em pauta e seus efeitos em termos de seleção/hierarquização de eventos, personagens, etapas de vida, atributos e trunfos pessoais/familiares mobilizados na estratégia de autoconsagração, assim como de celebração dos grupos familiares; 2) os esforços de “teorização” (prática e para a prática, retrospectiva e prescritiva) do próprio jogo político ou, em outros termos, as interpretações oferecidas sobre as engrenagens, as divisões, as transformações do espaço político, assim como das suas exigências no que tange às habilidades, aos conhecimentos, às condutas e assim por diante.

## **2. Reconversões da “elite política” Pós-Estado Novo e as “confissões” de dois protagonistas**

As análises efetuadas por uma série de pesquisadores assinalam a importância do momento inaugurado com a reabertura do mercado eleitoral em 1945, isto é, com o fim do Estado Novo. O significado da “Revolução de 1930” e do “período varguista” na configuração política subsequente (1945-1964), denominada de “democracia populista”, e, em especial, sobre o sistema partidário vigente – em grande parte composto de forças mobilizadas no interior do estado novo ou de setores da “oligarquia” marginalizados durante o intervalo 1930-1945 – assume destaque nas investigações.

Dessa forma, é possível observar nesse processo (em que o ano de 1930 é considerado um momento deflagrador): a aglutinação temporária de correntes políticas opostas; a atuação de agentes oriundos de um espaço político tradicional (descendentes de grandes proprietários); a entrada de *outsiders* em relação às forças provinciais hegemônicas (São Paulo e Minas Gerais); e as marcas de bloqueios em carreiras militares, jurídicas e políticas, contribuindo para a reconversão das elites agrárias ao poder central (GARCIA JR., 1993).

Em outra direção, complementar e não contraditória, percebe-se que as características econômicas e sociais dos “políticos profissionais” com protagonismo nacional nas décadas de 1930 e 1940 realçam a heterogeneidade relativamente às composições sociais dos partidos políticos concorrentes a partir de 1945, nomeadamente da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido

Social Democrático (PSD). O recrutamento dos “udenistas” sendo feito privilegiadamente “nos círculos de maior prestígio das profissões liberais e intelectuais, junto às elites de grandes proprietários rurais em alguns estados nordestinos e nos remanescentes do pessoal político a serviço de antigos clãs oligárquicos já atuantes durante a primeira República” (MICELI, 1981, p. 563). Ao passo que os “pessedistas” seriam majoritariamente selecionados entre lideranças do empresariado industrial, entre o pessoal político das interventorias e entre alguns elementos das corporações burocráticas, como militares. A maior ou menor proximidade com o poder central no Estado Novo é, com efeito, o elemento que constitui força de atração a uma ou outra sigla (MICELI, 1981).

Outras pesquisas chamam a atenção, por sua vez, para o ingresso maciço de distintos segmentos no espaço de concorrência eleitoral a partir de 1945, ligados especialmente à imigração. Ou seja, frisam o ingresso na política, no referido período, de descendentes de alemães, italianos, sírios, libaneses, japoneses, etc. A afirmação na arena política, nesses casos, está vinculada ao processo de mobilidade social ascensional e de reconversão de bases econômicas em bases de exercício do poder político-eleitoral. As estratégias escolares de obtenção de títulos escolares em instituições semelhantes àquelas frequentadas pelas “famílias tradicionais”, assim como a especialização em atividades comerciais e/ou empresariais, se somaram ao capital de relações sociais acumulados e à condição de mediadores que tais grupos familiares adquiriram nas “colônias” ou “comunidades” as quais estavam ligados (CORADINI, 1998a; SEYFERTH, 1999; FAUSTO, 1995; TRUZI, 1995; SAKURAI, 1995; GRILL, 2008 e 2009).

As “memórias” analisadas a seguir, de Victorino Freire e Daniel Krieger, são exemplares dessa conjunção de fatores interdependentes. O primeiro, “político nordestino”, é oriundo de “famílias de políticos” de Pernambuco, teve como marcos de sua afirmação a participação em lutas militares nos anos 30 do século passado, assumiu a liderança nacional no PSD e percorreu uma carreira exitosa no Maranhão devido aos vínculos que possuía com a cúpula do poder central, mormente militares de relevo nas décadas de 1930 e 1940. O segundo, “político gaúcho”, é descendente de alemães, que herdou laços com as “famílias” de Osvaldo Aranha e Flores da Cunha (protagonistas em 1930, que posteriormente se afastaram de Getúlio Vargas e foram lideranças nacionais da UDN), vindo a ocupar um papel de direção (nacionalmente) na própria União Democrática Nacional e, na sequência, na Aliança Renovadora

Nacional (ARENA). Ambos estão associados a um estado do espaço político em que se observa a amálgama da valorização de códigos tidos como tradicionais e de atribuições exigidas pelas instituições públicas que se consolidavam. São: “índices e atores das transformações do espaço político” (GARCIA JR., 1993, p.104). Esses fatores informam princípios de seleção e de celebração detectadas nas “memórias” que os agentes produziram e que podem ser observadas nas considerações que seguem.

## 2.1 *A Laje da Raposa, de Victorino Freire*

O livro *A Laje da Raposa*, de Victorino Freire, foi publicado em 1978 (ano em que o político já não ocupava mais cargos eletivos) por Guavira Editores (editora periférica no país). O autor do livro de “memórias” ora analisado nasceu no município de Pedra do Buíque (Pernambuco), mas especificamente na fazenda Laje da Raposa, que era propriedade do seu pai. É descendente de duas “famílias de políticos” que outrora nutriam forte rivalidade, os Britto e os Freire (Victorino de Britto Freire é filho de Anna Britto e de Victorino José Freire). Seus ascendentes dominavam a política local em diversos municípios e localidades muito próximas no interior daquele estado.

Seu pai, fazendeiro e comerciante, atuou principalmente no município de Arcoverde (PE). Contudo, a carreira política de Vitorino Freire se desenrolou principalmente a partir da liderança conquistada no estado do Maranhão, onde foi secretário de governo do Capitão Martins de Almeida no período 1933-1935, deputado federal entre 1946 e 1947 e senador de 1947 a 1971. Foi também diretor dos jornais *Diário de São Luís* e *A tarde*.

A rede de proteção de importantes figuras da política nacional – como Juarez Távora, José Américo de Almeida, Gustavo Capanema, Eurico Dutra, entre outros – e de amizades conquistadas no mundo da política, que lhe renderam dividendos políticos e projeção estadual e nacional, como ocupante de cargos eletivos e como dirigente do Partido Social Democrático (PSD), fizeram com que Sérgio Miceli o caracterizasse como “preposto civil do poder central” (MICELI, 1981, p. 578). A centralidade que adquiriu na política daquele estado fez com que seu nome tenha sido utilizado para caracterizar um “ciclo” no estado, o “vitorinismo”, que se estenderia de 1946 a 1965 e seria sucedido pelo “sarneísmo” ou “sarneysismo”<sup>4</sup>.

---

4 Para o uso desses “ismos” como categorias de luta simultaneamente política e intelectual, ver Grill (2012).

O texto examinado apresenta uma estrutura narrativa centrada nas experiências individuais do personagem. Mesmo alguns eventos históricos polêmicos e reiteradamente acionados na produção historiográfica do estado como: a "batalha jurídica" pela posse do governador eleito em 1951, Eugênio de Barros; a eleição do empresário paraibano Assis Chateaubriand, como senador pelo Maranhão; e o processo de cisões que culminou com a eleição de José Sarney, em 1965, não receberam "novas versões". Ao invés disso, são valorizados elementos como: demonstrações de "coragem", de "enfrentamentos", de "relações de amizade" no mundo jurídico, militar e político e de compromissos de lealdade. Do mesmo modo, os demais protagonistas da vida política estadual e nacional que são aludidos assumem muito mais a condição de indivíduos exemplares e depositários de qualidades valorizadas, isto é, ícones aos quais Victorino Freire busca se associar (homenageando-os) e de atributos que ele mesmo reivindica ser portador em outras passagens, em detrimento de "revelações" acerca de biografias, posições, interesses, etc.

O livro é dedicado à esposa, ao filho (herdeiro político que veio a ser deputado federal e senador e que gravou o depoimento transformado em livro de "memórias") e aos netos (p. 2). A dedicatória é seguida de uma homenagem que é significativa da importância de determinados "vultos" da política e do exército no período 1930-1976, reproduzida abaixo:

Minha agradecida homenagem aos meus amigos e protetores, a quem devo o meu encaminhamento na vida pública: Dr. João Lopes de Siqueira Santos; Ministro Juarez Távora; Ministro José Américo de Almeida; Ministro Gustavo Capanema; Ministro João de Mendonça Lima; Capitão Martins de Almeida (p. 3).

Com maior destaque, oferece uma página inteira para homenagear o Marechal Eurico Gaspar Dutra. Página essa ocupada por uma foto do homenageado, seguida do seu nome e da frase: "Ao chefe e amigo, minha especial homenagem e saudosa lembrança" (p. 7).

Em nota do editor, Gustavo Faria, consolidam-se alguns componentes grifados posteriormente no prefácio do próprio autor. Victorino Freire é classificado como "um homem simples e apenas um soldado de causas que abraçou ao longo de 40 anos de vida pública", ressaltando ainda "dois aspectos fundamentais do seu caráter: altivez e energia". Traços esses que são ativados para situá-lo de forma distintiva na imagem propagada no estado em que

atuou, o Maranhão, como “berço de grandes poetas e de homens públicos” (p. 5). Além disso, realça a sua “generosidade” e o seu “prestígio pessoal”. Considera, por fim, que a “dimensão de grandeza” do livro reside no “conteúdo histórico”, na capacidade de alinhar “fatos e personalidades [...] com seus dramas e angústias no depoimento de grande significação, tratado com seriedade, elevação de sentimento e apego à verdade, traços marcantes no homem e na obra” (p. 6).

A apresentação ficou ao encargo do jornalista Sebastião Nery<sup>5</sup>, cujo texto foi intitulado “O Guerreiro de Arcoverde”, na qual confessa uma dívida de gratidão com o autor e afirma que esse teria dedicado a vida a “duas tarefas: a amizade e a política”. Sintetiza o personagem em torno da ideia de um “civismo” que condensaria “lealdade e honestidade” e, acima de tudo, como marca de um tempo em que prevalecia o “guerreiro”. No caso, um “guerreiro” específico, pois um “guerreiro de Arcoverde”, fazendo referência à origem geográfica e aos códigos que predominavam nas lutas que envolviam os familiares de Victorino Freire, que ele teria levado para a sua vida.

Suas origens familiares são descritas a partir do casamento dos pais e da união de duas “famílias rivais”. As “lutas de famílias” e as “perspectivas trágicas” (p. 15) que traziam servem como ponto de desenlace de uma série de episódios que destacam o elemento da “violência” (positivada). O uso das “armas” e o enfrentamento de “grupos armados” fixam a qualidade da “valentia” como um atributo familiar que tantas vezes será acionado nas “memórias”. Ao lado disso, “cantadores”, “vaquejadas”, “repentistas”, o “cardeal” e as “beatas” enquadram o cenário da infância.

O deslocamento para o Rio de Janeiro, em razão do “desejo” que teria de estudar no colégio militar, a estada na casa de um tio general e os contatos desde tal momento com o então Capitão Eurico Dutra constituem-se em ponto de partida para a exposição dos trunfos que significavam a posse de relações de amizade e de parentesco para a obtenção de cargos políticos. Assim, a “vocação” para a carreira política decorreria das “permanentes discussões sobre a vida nacional” (p. 34), presenciada entre militares e do “trabalho no governo” (idem) durante a juventude.

---

5 *Jornalista que desde a década de 1950 trabalhou na editoria de política dos principais jornais do país. Foi vereador, deputado estadual e deputado federal pelo Rio de Janeiro.*

O périplo por cargos públicos em Pernambuco (gabinete do secretário de agricultura), Maranhão (secretário de governo) e Rio de Janeiro (secretário do ministério de aviação, membro da equipe do ministério da agricultura e do ministério da educação), aparece como demonstração das amizades conquistadas (os “vultos homenageados” por ele) e como chance de estabelecer novos laços (os “aliados” valorizados). Os postos são igualmente apresentados como recompensas das batalhas militares e das lutas políticas às quais servia, atestando, portanto, seu heroísmo e desprendimento. À “vocação política”, ao “interesse pela política” e pela “vida nacional” (p. 35) somara-se a “aspiração” por uma carreira política, autorizada pelo “conhecimento com destacadas personalidades da República [...] e pela solidificação [...] da ideia de vir a exercer um cargo [...] aspiração verdadeira” (p. 41).

Além das amizades, um conjunto de atributos se mostra relevante para a autoapresentação. “Dedicação à luta”, “defesa” de pessoas, sentido de “ordem” e de “autoridade”, “agressividade”, “lealdade”, “disciplina partidária”, “altivez”, “energia” são instrumentos de autoidentificação. Características que servem também para homenagear seus “protetores” e “aliados”, para se diferenciar de outros estilos de fazer política, tidos como válidos (a descrição do político mineiro Antonio Carlos de Andrada é exemplar), e para desqualificar “adversários” e “inimigos”.

Competências e recursos coerentemente localizados na descrição da engrenagem do “jogo político” constantemente apresentado por intermédio das expressões “ataque” e “defesa”. Honra, autoridade, cargos, votos, favores, amizades, fidelidades são instrumentos e alvos de “ataques” e “defesas”, “golpes” e “contragolpes”, “bravatas” e “valentias” reiteradamente “ameaçados” e prontamente “garantidos”, o que exigiria um “guerreiro” permanentemente em estado de “prontidão”.

## 2.2 Desde as Missões, de Daniel Krieger

As “memórias” de Daniel Krieger foram publicadas em livro pela Livraria José Olympio Editora, em uma prestigiada coleção denominada “Estudos Brasileiros”, no ano de 1976 (quando o então senador preparava-se para se despedir da “vida pública”), e recebeu o título *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças*. Nascido em 1909, no município de São Luís Gonzaga, Daniel Krieger é descendente de dois ramos familiares de origem alemã: Krieger e

Billerbeck. Seu avô fora militar na Guerra do Paraguai e casou-se pela segunda vez neste país. O pai, por sua vez, fora comerciante, além de atuar diretamente nas disputas locais e ser ligado por laços políticos e de amizade a “famílias” de importantes políticos do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX, como as de Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha.

Formado em Direito em Porto Alegre, Daniel Krieger foi promotor, advogado e consultor jurídico do Instituto de Previdência do Estado, exercendo também a liderança na Ordem dos Advogados do Brasil – seção do Rio Grande do Sul. Foi deputado estadual constituinte pela União Democrática Nacional (UDN), eleito em 1946, senador entre 1955 e 1978, presidente da UDN no estado, presidente Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no país, líder de bancadas e do governo militar chefiado por Costa e Silva.

A estrutura da narrativa explora prioritariamente a descrição da atuação pessoal do personagem em eventos históricos bastante consagrados. Principalmente, no período em que protagonizou importantes episódios no Congresso Nacional (1955-1968). Há uma ênfase especial conferida a tal momento, em detrimento daqueles que o antecedem e um silêncio em relação aos anos posteriores (as “memórias” estendem-se até a posse do presidente Emílio Garrastazu Médici – outubro de 1969). A sua participação é exaltada mediante o acionamento de uma saber jurídico e de um conjunto de qualidades pessoais que justificariam uma série de papéis de mediação.

São valorizados em várias passagens: o “recurso da oratória” e o conhecimento ou o domínio da “natureza jurídica” e dos “expedientes regimentais” presentes em determinadas disputas parlamentares, acompanhadas de transcrições (às vezes longas) de sessões plenárias e de matérias de jornais em que “o desconhecido provinciano surgiu na imprensa do Rio de Janeiro” (p. 99). Quer dizer, um misto de conhecimento profissional e traços atribuídos ao “temperamento”, ao “caráter”, etc. como “lealdade”, “fidelidade”, “tolerância”, “respeito à consciência”, “às regras morais”, ao “pensamento”, à “formação” ao “próprio juízo”, à “vontade coletiva”, entre outros. A eficácia da combinação que sintetizaria procura ser demonstrada em variadas situações de “impasses” entre interesses nas quais a sua “interpretação”, “ponderação”, “objeção”, “articulação” capacidade de “dirimir as incompreensões”, de “antecipação às reações”, etc. teriam contribuído decisivamente para o desenlace.

Em sua dedicatória, oferece o livro à “família” em retribuição e reconhecimento à “solidariedade” e “resignação” com “dissabores” e “adversidades”. Em especial aos netos<sup>6</sup> para “conservar ou modificar a imagem do avô” (p. v).

A obra apresenta também nota da editora com dados biográficos do autor em que é exaltado como “um dos grandes do seu tempo” e definido como “gaúcho brasileiro típico”. A lista de cargos ocupados serve como justificação do livro, classificado como “autêntico, importante documento não só da fecunda vida de um homem, mas também de uma época” (p. x-xi).

O prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco<sup>7</sup> situa a contribuição de Daniel Krieger ao “gênero memorialístico”, elencando outros políticos que se dedicaram a ele (inclusive o próprio apresentador). Caracteriza o autor destacando a importância que teria tido para a “verdadeira política” exercida como uma das “mais nobres atividades” (sinônimo de “vocação”, “missão”, “destino”, etc.), em oposição ao “desinteresse” e “desencanto” com a mesma que seria dominante (p. xiv). Daniel Krieger seria na sua avaliação:

[...] uma das figuras mais genuinamente representativas daquele meio [suas origens socioculturais nas suas palavras], que conserva muitos traços permanentes, ou, pelo menos, duradouros, apesar da violenta distorção que as enormes mudanças brasileiras, no último meio século, introduziram nos padrões tradicionais. [...]. Tão típico que até parece exemplo colhido para demonstração. [...]. Mescla de sangue germânico, espanhol e guarani, ele não poderia ser mais brasileiro [...] gaúcho rio-grandense. (p. xv-xvi).

Um conjunto de fotos foi inserido no prefácio, mediante as quais são ressaltadas as referências familiares (foto dos pais), regionais (foto das Ruínas de São Miguel), da principal aliança vertical para cima (foto como ajudante de ordens do General Flores da Cunha), escolar (foto no ginásio de Santa Maria), parlamentares (fotos discursando na Assembleia Constituinte – RS e no Palácio Monroe – RJ) e do trânsito junto aos governos militares (fotos com

---

6 *Um dos seus netos veio a disputar cargos eletivos, tendo sido vereador e secretário municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, além de presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre. Um dos filhos de Daniel Krieger foi candidato a deputado federal em 1978, sem obter êxito.*

7 *Descendente de uma “tradicional família de políticos” que se notabilizou pela atuação em Minas Gerais. Foi deputado constituinte, deputado federal e senador. Publicou suas “memórias” em *Alma do tempo – formação e mocidade* (1961) e *A escalada* (1965), além de dezenas de livros, principalmente sobre história, direito e economia.*

Ernesto Geisel, discursando no banquete comemorativo do primeiro aniversário do governo Costa e Silva e em “conversa íntima com o presidente Castelo Branco”).

No item que recebeu o título “Explicação necessária”, Daniel Krieger assume o imperativo que pesaria sobre ele para fornecer o relato. Assim, desculpa-se pela “demora em prestar o depoimento”, justificando-se pela “inapetência pelos trabalhos de escrita e pela dificuldade em colocar os fatos na ordem cronológica”. Segundo ele, duas “forças” teriam motivado a redação das “memórias”:

o amor, no milagre da saudade, trouxe-me à memória o passado, soterrado pelos anos e o dever impôs-me a indeclinável obrigação de prosseguir, com isenção e serenidade, na descrição e análise dos fatos por mim vivenciados (p. xxiii).

A “família”, delimitada como “os seres que me deram a vida com seu amor, a instrução com o sacrifício e a coragem moral com o seu exemplo”, é localizada no relato a partir do seu cenário de origem, a “região missioneira”, do qual derivariam o “caráter” e “os componentes que influenciaram na formação”. Manifesta, contudo, ter como objetivo principal “narrar fatos históricos que, em suas minúcias, não se encontram divulgados” (p. 3-4).

O foco inicial do “relato” são os pais e as “tradições do Rio Grande”, em especial os traços identificados no pai, caracterizado como um “autêntico gaúcho”, “dotado de força física excepcional [...]”. Na sua invulgar personalidade, consorciavam-se as virtudes e os defeitos cardeais dos antigos lidadores rio-grandenses”. Mais adiante, compara-o aos “personagens de *O tempo e o vento*, concebidos pelo talento criador de Érico Veríssimo, sob a inspiração do áspero e heroico passado rio-grandense” (p. 4). Duas atividades são destacadas na “figura paterna”: o comércio, “loja instalada nos moldes típicos do interior e provida de todas as mercadorias”, e as lutas políticas por meio do uso das armas. “Lealdade”, “intrepidez”, “audácia”, “coragem física”, “coragem moral” são alguns dos aspectos sublinhados no personagem celebrado e tidos como próprios da liderança política de então. Nota-se a fusão do apelo ao que seria “autêntico”, “tradicional” e exemplar com aquilo que é visto como “excepcional” e “invulgar”.

As referências pessoais ativam cenários contrastantes: aquele da infância marcado pela “violência física”, pelos “bailes” e pela “lida no campo”; e aquele

da fase adulta do parlamentar. A passagem entre um e outro é feita pela busca de “instrução”, “desejo da mãe” que chegara a “exclamar”: “Meu Deus, eu te agradeço por me teres propiciado os meios para arrancar meu filho do galpão” (p. 20). Logo, paulatinamente, aparecem os êxitos escolares e assumem centralidade as professoras, os irmãos maristas do internato de Santa Maria, os professores e colegas da faculdade de direito de Porto Alegre, bem como as vivências daí decorrentes.

Apesar disso, os eventos ressaltados de afirmação pessoal e política são as revoluções de 1924 e 1930, mediante as quais a sua participação e ligação com ícones como Osvaldo Aranha e Flores da Cunha (que vieram a ser seus correligionários na UDN) adquirem relevo. A “entrada na política” aparece como decorrência dessa atuação e como resultado de um “apelo de Flores da Cunha”.

A definição da forma legítima de exercer cargos políticos aciona qualidades “morais” e “cultura jurídica”, oscilando entre a valorização de atributos pessoais como “honra”, “lealdade”, “altivez” e “convicção” e a exaltação de práticas que seriam compatíveis com “espírito público”. A descrição do general Castelo Branco que, como ele, combinaria “tenacidade” e “aprimoramento da sua notável cultura” (p. 173) revela o modelo de “político” que busca preservar e a ligação pessoal que visa eternizar. Fatores que agem, igualmente, na sua autodefinição, recorrendo, além de demonstrações constantes de saber jurídico, a elementos ao mesmo tempo tidos como distintivos e exigidos com modelos de “linhas de conduta” tais como ser “homem de posição”, de “caráter”, obedecer a “concepção de dever”, a “consciência”, o “dever da amizade”, a “preocupação com os interesses coletivos”, e assim por diante.

As qualidades pessoais que contam no jogo político comandariam os movimentos descritos. Estes revelariam um saber prático que implica antecipações constantes aos demais jogadores, mobilização de trunfos personalizados e demonstrações da eficiência das “jogadas individuais”. Isto é, levá-las a bom termo, de forma eficaz, combinando regras estratégicas e pragmáticas que preservem regras normativas ou morais elásticas nos seus conteúdos.

### **3. A diversificação da “Elite Política” (1970-2010): “memórias” de um “herdeiro” e de um protagonista da “esquerda”**

Não é exagero afirmar que nas últimas décadas houve uma progressiva diversificação da composição social da chamada “elite política brasileira”. Tal

constatação pode se amparar na localização de uma diversidade de extrações sociais que coabitam em diferentes âmbitos e hierarquias do universo político. Em um extremo, herdeiros de “grandes famílias” que articulam saberes e recursos advindos do espaço doméstico (socialização, patrimônio simbólico, redes de relações, etc.) com conhecimentos técnicos acumulados em escolas que se notabilizaram na formação de grupos dirigentes e em funções públicas (GRILL, 2008; CANÊDO, 2011). Em outro extremo, localiza-se, em proporções cada vez maiores, agentes que acionam capital associativo (militância em associações, sindicatos, movimentos estudantil, igreja católica, guerrilha) em trajetórias ascendentes de ocupação de cargos eletivos, afirmando novos segmentos na esfera política (CORADINI, 2007; CANÊDO, 2008; GRILL, 2008; REIS, 2007). O que, inclusive, permitiu que fossem desveladas correlações entre bases sociais, padrões de carreiras dos políticos e os pertencimentos às diferentes siglas, “grupos” ou “tendências”, bem como a taxonomias políticas e ideológicas que explicitam formas de identificação e constituem o mapa da oferta política recente (CANÊDO, 2008; REIS, 2007; CORADINI, 2007; RODRIGUES, 2002 e 2006; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007).

Com efeito, novos repertórios de atuação e formas de legitimação da especialização na política se estabeleceram. Sobretudo, a clivagem entre uma modalidade apresentada como “técnica” e outra adjetivada de “militante”, sem desconsiderar os múltiplos ajustes entre elas e apropriações multifacetadas dos seus significados (CORADINI, 2002; REIS, 2007).

Percebe-se, pois, em comparação com o momento anterior e com os depoimentos analisados acima, o processo de reconfiguração do espaço do poder mais amplo e seus impactos sobre um domínio da vida social que se constitui simbolicamente como político e que prescreve um conjunto de papéis novos. Para esse cenário, contribuem tanto “tradicionais famílias de políticos” por intermédio de seus sucessores, que necessitam inventar novas linguagens de intervenção política, como agentes que buscam distinção em relação às práticas tipificadas como “atrasadas”, “arcaicas”, “conservadoras”, “populistas”, etc., reivindicando a condição de “novidade”, em termos de posição social ocupada e de itinerários militantes seguidos. Dinâmica essa que não se resume às rivalidades entre porta-vozes oriundos de segmentos sociais díspares, e que exaltam atributos ou competências opostas, mas que comporta, igualmente,

osmoses, alianças e interpenetrações, estabelecendo – por intermédio das interações que promovem – um conjunto de exigências comuns e compartilhadas pelos especialistas do *métier* político. Quer dizer, em que aos estabelecidos de outrora se impõem a urgência de submissão à racionalidade de um jogo cada vez mais competitivo e incerto; e em que aos “novos atores” se imprime paulatinamente a necessidade de dominar as habilidades da administração de clientelas e dos mecanismos de monopolização de postos políticos no interior de redes e de “famílias”.

As “memórias” examinadas subsequentemente, de Eliézer Moreira Filho e Paulo Renato Paim, demonstram dois caminhos de acesso ao espaço político e duas maneiras de conceber o trabalho político como uma atividade distinta e distintiva. No primeiro caso, são evidenciadas as estratégias de apresentação de si de um descendente de um grupo familiar cuja genealogia se inscreve na história política do século XX de um dos estados considerados mais “oligárquicos” e “patrimonialistas” do país, o Maranhão. Seus ascendentes ocuparam importantes posições nos âmbitos do judiciário, da política e da administração pública. Ele exerceu cargos de primeiro escalão e eletivos ao longo de mais de três décadas, pertenceu à facção estadual dominante desde 1965 e, apesar disso, retrata uma relação com a esfera política ambivalente, pautada pela insegurança e pela decepção. No segundo caso, são identificados os investimentos de autoconsagração de um senador com passagem pelo movimento estudantil e destaque na organização do denominado “novo sindicalismo” com a “redemocratização”. Filho de metalúrgico, elegeu-se quatro vezes deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e está há dez anos no senado da República. O trajeto exitoso e discrepante em relação aos padrões de carreira e de bases sociais que prevalecem no “meio político” baliza o relato da atividade política, entendida como sinônimo de “missões” e “compromissos” com “paixões”, “ideais”, “causas”, “temáticas”, “histórias” e “segmentos”.

### 3.1 Coleção “Cartas às minhas filhas”, de Eliezer Moreira Filho

As “memórias” de Eliezer Moreira Filho, lançadas em 2007 (quando já se distanciara da arena política), estão divididas em três volumes que compõem a Coleção “Cartas às minhas filhas” (2007). Até o momento foram publicados os dois primeiros volumes, intitulados *Memórias do meu tempo* (v. 1) e *Histórias que os jornais não contaram* (v. 2), pela Gráfica e Editora Belas Artes

Ltda. A editora faz parte do Centro Universitário do Maranhão (Uniceuma), maior instituição de ensino privado do Maranhão que pertence ao ex-prefeito, ex-deputado estadual e federal e ex-senador Mauro de Alencar Fecury, classificado como “contemporâneo de vida” (v. 1, p. 20) em alusão às vivências comuns na adolescência (como aquelas relativas à prática de esportes) e à carreira política (são vinculados ao mesmo “grupo político” liderado pelo atual senador José Sarney).

O primeiro volume, como apresenta o próprio autor, está dividido em duas partes: “A Barra do Corda em que vivi”, na qual descreve a infância no interior do Maranhão: “terra e tempo de um rio que flui lembranças e nostalgias. É o período de exaltação da natureza e exultação do cotidiano. Simples, seguro e feliz”. Afirmando ainda: “Pelo passado construtivo que naquela cidade tivemos, eu e o meu pai, passamos a integrar a história de uma época, pelo que juntei como apêndices as biografias dos dois que ali viveram e constituíram um veio importante de suas vidas” (v. 1, p. 18); e “A minha época”, que se estende da adolescência em São Luís aos trinta anos de idade, quando, depois de estudar no Rio de Janeiro, retorna ao Maranhão para assumir um cargo de primeiro escalão no governo de José Sarney (eleito governador em 1965). O segundo volume retrata a carreira de cargos políticos ou “Mais de trinta anos de observação de desempenhos de natureza institucional e de procedimentos pessoais vistos por quem exerceu a titularidade de dez secretarias de Estado e de dois mandatos legislativos no Maranhão” (idem).

O político em questão é filho de Eliezer Moreira, agrônomo formado em Piracicaba que exerceu importantes cargos públicos na década de 1930, a convite de Juarez Távora, entre eles a Superintendência do Algodão do Estado do Maranhão, tendo sido posteriormente deputado federal pelo Partido Republicano (eleito em 1935). Voltou a ocupar cargos públicos (era funcionário do Ministério da Agricultura) com a instalação do chamado Estado Novo. Nessa condição foi designado a instalar a Colônia Agrícola Nacional do Maranhão, entre 1942 e 1956. Eliezer Moreira Filho é sobrinho de Trayhaú Rodrigues Moreira, deputado constituinte em 1934, e de Jefferson Rodrigues Moreira, deputado estadual em várias legislaturas a partir da década de 1950. Sendo assim, descendente de uma “família” estabelecida social e politicamente, formado em Direito pela Universidade do Brasil (RJ), com passagem pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e pela Fundação Getúlio Vargas,

Eliezer Moreira Filho trilhou um trajeto de cargos políticos de relevo na administração pública estadual e dois mandatos eletivos: como deputado estadual (1971-1974) e deputado federal e constituinte (1987-1991).

Apesar do destaque do “grupo familiar” e do protagonismo por ele exercido nas disputas políticas e eleitorais desde 1965, seus relatos não estão centrados privilegiadamente nas experiências pessoais. O autor obedece à cronologia e à linearidade, contudo assume uma posição de exterioridade por intermédio de uma narrativa que lança mão constantemente de análises que mesclam a ativação de um senso comum douto com referências “históricas”, “sociológicas”, das “ciências econômicas e políticas”, por exemplo. As diferentes etapas da vida, como infância no interior (Barra do Corda), adolescência na capital do estado (São Luís), formação superior no Rio de Janeiro (nos chamados “anos dourados de JK”) e o percurso de postos políticos (de 1965 em diante), são emolduradas por reflexões acerca: das “razões que motivaram a instalação da colônia agrícola nacional no Maranhão”; das “pré-condições e propósitos econômicos” da instalação de uma hidrelétrica na região de Barra do Corda; da “apoteose democrática do Governo Juscelino”, da “evolução socio-político-econômica do Maranhão” e a “transição” representada pelo “Governo Maranhão Novo” (lema de José Sarney) em relação ao “sistema oligárquico” até então vigente; a “conjuntura” e os “temas” que comandaram a Assembleia Nacional Constituinte, de avaliações sobre “táticas” e “organizações” mais ou menos racionais utilizadas nas campanhas de diferentes candidatos.

Outra característica do depoimento reside na mobilização de referências de “grupo”, ao invés de referências pessoais, para as quais contribuem ideia como de “geração”, de “contemporaneidade”, de divisões em “faixas etárias”, ciclos de vida, etc. Fronteiras que se fixam mediante listagens de personagens e se desenham com a ilustração por meio de fotos (utilizadas em abundância).

A “coleção de livros” é dedicada à esposa, às filhas e às netas. Os agradecimentos são dirigidos a personalidades que posteriormente serão destacadas como membros dos mencionados “grupos”, alguns deles, inclusive, denominados de “companheiro da jornada de vida”, “colaboradores” e corresponsáveis pela edição da obra (revisão, capa, etc.). Do mesmo modo, justifica a coleção por ter nascido como “resposta a um desejo” de uma das filhas para que “preenchesse as lacunas do seu conhecimento sobre a vida dos pais, avós, tios, primos...”, resultando, no entanto, nos “livros de memórias” que visariam relatar:

A fruição das etapas vividas nesse percurso de sete décadas”, ajudar “o leitor a compreender a formação do caráter peculiar à geração do autor”, acrescentando o intuito “que as histórias que afloram nesta coleção [...] animem outros personagens da minha geração a proceder de igual modo (v. 1, p. 17-19).

As referências pessoais sublinhadas da infância são os rios Mearim e Corda (passeios, embarcações, pescarias e banhos), índios (guajajaras e canelas), religiosos (frades franciscanos, freiras e protestantes), “famílias” importantes, sociabilidades e demais diversões (corridas e desfiles de cavalos, desfiles de motocicletas, festas, bares, serenatas, etc.). Da adolescência e início da “vida adulta”, por sua vez, assumem centralidade as experiências escolares e suas vivências correlatas (internatos, esportes, clubes, namoros, professores, desfiles, espaços de diversão), tanto em São Luís como no Rio de Janeiro. Nas descrições, a ênfase recai sobre os círculos de relações que se estabeleciam e as origens familiares dos seus contemporâneos (detalhamento de laços de parentesco e apresentação de elencos de personagens), bem como em uma modalidade de escrita que se aproxima de uma tentativa de caracterização da dinâmica social e de explicação do seu funcionamento.

O principal evento de afirmação pessoal é a participação no Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento (GTAP), depois transformado em Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA). Na sua leitura retrospectiva, a reunião de um conjunto de “jovens” e “executivos públicos” que exerciam uma “assessoria técnica” ao então governador José Sarney traduziria o “objetivo” daquela “geração”; “a mudança radical”. Seriam, assim, responsáveis pela “criatividade” e pelo “espírito criador” do “Maranhão Novo”, cujas “jovens lideranças técnicas” (como se enxergavam) ou os “rapazes” (como eram chamados pelas lideranças mais velhas) encarnariam de forma exemplar. Um período de pouco mais de quatro anos (tempo de gestão de um governador) que ocupa metade de um dos volumes (aproximadamente 250 páginas). Fazendo eco ao que Alfredo Wagner Almeida (2008) denominou de ideologia da decadência<sup>8</sup> e acionando a retórica corrente de dividir a

8 O discurso decadentista enfatiza o “passado de prosperidade [...], alimentando esperanças de presente, e torna o futuro como possibilidade real”: a “exaltação do passado” e a imagem de “decadência na contemporaneidade” pelas quais o “presente é ao mesmo tempo [...] o princípio do futuro e a última etapa de um passado que persiste enquanto tradição e mito” (ALMEIDA, 2008, p. 153). Servindo, ao sabor dos intérpretes, como enquadramento do cenário tido como sinônimo de “atraso” e de “obstáculo” para o encontro com o “futuro”, o “desenvolvimento”, a “justiça”, o “progresso”, bem como de reencontro com a vocação para a “prosperidade” que várias “gerações” definiram como inelutável.

história política do estado em “ciclos”<sup>9</sup>, tal momento é apresentado como de “oportunidades” e “mudanças” ou “um ciclo de mudanças [que] teve início e breve fim”. No qual, segundo ele: “O Maranhão perdeu a histórica oportunidade de perpetuar o ciclo de progresso que se iniciara para o seu povo” (v. 2, p. 211). Afirmando ainda: “[...] refletindo sobre os últimos trinta e oito anos de atividade pública, concluo que os episódicos quatro anos e meses de existência do Maranhão Novo corresponderam ao que de melhor o Maranhão produziu no século XX” (idem, p. 211). Indo além: “Depois do Maranhão Novo nada mais aconteceu de apreciável no panorama socioeconômico do estado conduzido pelo intelecto e ação pública” (idem, p. 220). Argumento sustentado com comparações entre os governos estaduais que sucederam àquele e dos quais paradoxalmente participou da maior parte como secretário. Sua entrada na arena de concorrência eleitoral como candidato a deputado estadual em 1970 é vista como decorrência natural da participação nesse governo.

Conseqüentemente, emerge no seu texto uma definição legítima de política que combina a valorização das competências tidas como técnicas (no executivo, mas também no legislativo via comissões, por exemplo) e uma concepção de luta política cuja racionalização das empresas e das estratégias de conquista de votos aparece sem nenhuma censura. Vitórias e derrotas eleitorais são creditadas às redes de apoiadores e às lealdades conquistadas através da utilização do acesso ao governo estadual, bem como às campanhas dotadas de equipes com papéis especializados e capazes de maximizar elevados orçamentos e controle de trunfos estratégicos (rádios, jornais, ministérios, prefeituras, etc.).

O que se traduziu na forma de autoapresentação da sua atuação política.

A frustração com a experiência em dois mandatos legislativos faz com que as atribuições do poder executivo sejam realçadas, em especial pela oportunidade de revelar o “bom administrador” e todas as qualidades técnicas que o acompanham. O “cinismo” dos cálculos eleitorais exalta o coordenador de equipes que rentabiliza os repertórios modernos de mobilização política e eleitoral (*marketing*, direito eleitoral, pesquisas de opinião, planejamento estratégico, etc.). As participações nas coordenações das campanhas vitoriosas de Edison Lobão, em 1990, e de Roseana Sarney, em 1994, para as quais reivindica

---

9 Para uma análise da utilização da noção de “ciclos” em batalhas políticas e intelectuais em torno do Vitorinismo e do Sarneysismo, ver Grill (2012).

importante protagonismo, são reveladoras dessa simbiose de celebração de “conhecimentos técnicos” e de um pragmatismo eleitoral assumido.

### 3.2 *O Rufar dos tambores*, de Paulo Paim

Paulo Paim lançou, em 2006 (quando já alcançara o alto posto de senador da República), pela Editora do Senado (responsável por significativa parcela da publicação de políticos brasileiros), suas “memórias” intituladas *O rufar dos tambores*. O livro está estruturado em quatro partes: Parte 1 – “Não se espera o sol nascer” em que se refere à “infância, juventude e militâncias estudantil e sindical”, além de discorrer “sobre os homens públicos que foram fundamentais na [...] formação pessoal e política”; Parte 2 – “É hora de molhar a terra”, na qual relata sua “atuação na Assembleia Constituinte de 1988”; Parte 3 – “O caminho se faz caminhando”, relativa à década de 1990; e Parte 4 – “Amassando barro com o povo”, tratando dos “Idosos, negros, índios, pessoas com deficiência e conselhos políticos” (p. 5-6). Há, ainda, em apêndice um conjunto de fotografias, cuja ordem das “imagens” reproduz em aproximadamente quarenta páginas os principais “fatos” da sua vida.

O atual senador nasceu e viveu até a adolescência em Caxias (RS). Filho de um metalúrgico e de uma dona de casa, ele fora criado entre outros nove irmãos. Teria trabalhado desde os oito anos de idade e concluiu o curso de torneiro mecânico do Serviço Nacional da Indústria (SENAI). Depois de ter atuado em grêmio estudantil (do qual foi o presidente), exerceu liderança no movimento sindical, já na região metropolitana de Porto Alegre, sendo presidente do sindicato de metalúrgicos de Canoas e dirigente da Central Única dos trabalhadores (CUT). Essa posição de liderança contribuiu para a afirmação política e a conquista do primeiro de quatro mandatos como deputado federal que ostenta na sua biografia. Em 2002, elegeu-se senador, alcançando a reeleição em 2010. Seu filho, Jean Paim, chegou a ser vereador de Canoas ainda muito jovem, pelo PT, no lastro da notoriedade desfrutada pelo pai. Paulo Paim é autor de outros livros: coletâneas de discursos; livros sobre questões as quais dedicou seus mandatos (como o “salário mínimo”, “quilombolas”, “preconceito racial”, “cidadania”, etc.); e dois livros de poesias intitulados *Vida sonhos e poesias* (2001) e *Cumplicidade: política em poesia* (2004). As publicações mencionadas trazem também elementos autobiográficos e reforçam as principais “bandeiras de lutas” com as quais visa se identificar.

*O rufar dos tambores* foi, conforme Paim, baseada em "reminiscências, pronunciamentos, depoimentos, artigos, notícias, cartas e entrevistas", seguindo uma "linha do tempo [que] se inicia em 1954 e vai até 2002". A estrutura da narrativa, todavia, não respeita a linearidade. Cada episódio, personagem, instituição ou segmento descrito funciona como desencadeador da exposição de uma série de posições do autor a respeito (reforçadas por iniciativas e posicionamentos adotados ao longo da carreira) e de avaliações sobre a conjuntura em pauta (não sem projetar paralelismos com outras às quais se submeteu no seu percurso de "homem público").

O livro apresenta a biografia política do autor distribuída nas duas "orelhas", enfatizando justamente a atuação no movimento estudantil, sindical e a ocupação de cargos eletivos. Na contracapa, reproduz trecho do último capítulo em que faz alusão à "batida dos tambores", associando essa imagem (fortemente carregada da identificação étnica exaltada nas "memórias") aos "combates" e "causas" que defendeu: "fim da ditadura, as Diretas-Já, a cassação de corruptos, a reforma agrária, os direitos de cidadania, mais empregos, um salário mínimo decente, a valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas [...]"

Na apresentação do próprio autor, frisa tratar-se de um "trabalho coletivo", isto é, o livro é caracterizado como fruto da "ideia e elaboração [...] construído pela equipe de meus gabinetes em Brasília e em Canoas (Centro de Integração Paulo Paim – CIPP). Além de contar com a participação dos conselhos políticos [...] [do] mandato" (p.5). Como nas demais "memórias" examinadas, verifica-se o duplo significado atribuído à obra: apresentar o personagem e cumprir uma atribuição que pensam ser própria da atividade política e que, portanto, deve ser dividida com outros protagonistas que igualmente possuíam "coisas a contar":

Aos meus leitores, desejo uma boa viagem por estas páginas que trazem um pouco de tudo e muito de mim. Um forte abraço de quem ainda não perdeu a condição de sonhar, e que Deus permita que outros livros venham a lume, pois muitas coisas ainda precisam ser contadas [...] (p.6).

As referências familiares destacadas acionam aspectos que seriam certificadores da sua "origem humilde", mas também, a partir da figura paterna, a inscrição do grupo familiar em uma "tradição trabalhista" na "política gaúcha".

O pai, na sua avaliação, seria “um getulista, como nós gaúchos falamos, de quatro costados” (p.11), além de cultuar a figura de Leonel Brizola decorando a casa com um quadro pendurado na parede contendo a sua foto. Essa influência familiar reaparece ao longo do livro em justificativas para a valorização do “legado” do Governo Vargas, para uma indecisão quanto ao partido no qual faria a primeira filiação (PDT ou PT) e para a identificação com as “bandeiras do trabalhismo” que teria levado Leonel Brizola a convidá-lo a ingressar no PDT (quando Paulo Paim já ocupava o cargo de senador) <sup>10</sup>.

Quanto às referências pessoais, são realçadas as identificações tanto com a “classe trabalhadora” quanto com ícones de movimentos revolucionários, de trabalhadores, de negros etc. Desse modo, sublinha os trabalhos que realizou na infância, a formação técnica obtida, o fato de estudar à noite, os hábitos simples na vida doméstica. Da mesma forma, associa-se com Zumbi dos Palmares, Martin Luther King, Néelson Mandela, Ernesto Che Guevara, Luiz Inácio Lula da Silva, etc. Logo, o perfil apresentado oscila entre a ligação com o ordinário e comum e o extraordinário e excepcional, fatores de construção da figura carismática para a qual contribuem depoimentos reproduzidos em relevo na obra.

Já o evento de afirmação é constituído por um ciclo de organização, mobilização e greves, no qual teria sido protagonista. Na lógica da descrição, o detalhamento dessa condição de liderança aparece como autoexplicativa da carreira política alcançada e das posições tomadas posteriormente. Sendo assim, a “entrada na política”, como deputado federal constituinte, em 1986, decorreria dessa posição obtida e os demais deslocamentos no âmbito político (eleições, cargos no parlamento, protagonismo no partido) obedeceriam aos compromissos assumidos nesse processo. Observa-se o silêncio a respeito de novas orientações políticas e ideológicas, sobre a expansão e diversificação da base eleitoral, novos repertórios e condições de mobilização eleitoral, etc.

Por seu turno, os elementos legitimadores do exercício da atividade política aparecem ancorados nas demonstrações de condutas atestadoras de valores como “coerência”, de “perseverança” e de “conquistas”. A epígrafe que abre o livro do compositor Pablo Milanés (não por acaso um poeta cubano

---

<sup>10</sup> Essa relação de continuidade e superação de “lideranças petistas” com a denominada “tradição trabalhista” foi alvo de outros estudos (GRILL, 2012; REIS, 2007).

favorável à experiência comunista daquele país) retrata fielmente o sentido de missão que é por ele atribuído à "vida política":

Si alguna vez me siento derrotado  
Renuncio a ver el sol cada mañana.

Sendo assim, o livro elabora uma síntese e uma triagem das "conquistas" dos "trabalhadores", "negros", "aposentados", "sindicatos", pelas quais teria sido o grande responsável por intermédio de "projetos de lei", "estatutos", "greves de fome", "discursos na tribuna", "textos em jornais e livros" e assim por diante. Deixando antever novos condicionantes que passam a agir sobre o exercício de funções eletivas como a importância da mídia (com a cobertura ou não das realizações e com os esforços feitos para mobilizá-la), dos jornalistas (com suas avaliações), dos intelectuais (com sua participação em campanhas e com a sua intervenção pública em prol de "causas", "candidatos", etc.) e da visibilidade pública das "lutas" travadas em comissões e instâncias legiferantes.

#### 4. Considerações finais

O *corpus discursivo* tratado aqui permitiu evidenciar uma miríade de singularidades que comporta a produção de "memórias" por políticos profissionais. Inicialmente, este gênero de escrita está associado a uma carreira política longa que autoriza e prescreve (ao final do percurso) a produção de um relato que é concebido como resultante, ao mesmo tempo, de um "dever" ou "obrigação" e de uma "demanda" (de outros políticos, familiares, amigos, companheiros de jornada e eleitores). Evidencia-se o encontro entre uma estratégia de perpetuação política por parte dos personagens e as condições de emergência e de recepção da obra decorrentes da projeção adquirida.

Pode-se sublinhar igualmente como os agentes ativam, com um grau de racionalização e naturalização singulares (quando comparados a outras formas de depoimentos coletados), elementos que permitem ao pesquisador explorar dimensões que fundamentam concepções de política persistentes ou redefinidas, firmadas em amálgamas de lógicas e códigos que se adaptam aos contextos e conjunturas: a personificação do capital simbólico (a raridade de referências ideológicas nas narrativas é o melhor indicador); a prevalência do princípio de legitimação carismática (a forma como todos acionam seu

perfil como simultaneamente exemplar de um “tempo”, “geração” ou “região” e extraordinário, excepcional e invulgar em face do sucesso alcançado e da distinção que adquiriram em relação aos pares); a estruturação do espaço político por meio de cadeia de reciprocidades e bases de interconexão alicerçadas em vínculos de parentesco, de amizade, de fidelidades administradas ou transmitidas de forma intergeracional; bem como a centralidade de um conjunto de identificações étnicas, regionais, faccionais, geracionais, etc. como instrumento de legitimação da condição de mediador entre níveis da hierarquia política (relações “centros” e “periferias”), de trânsito entre domínios sociais e de articulação entre inscrição na história política estadual e justificação de “projetos de sociedades” alternativos, que se sucederam ao longo do tempo.

A análise dos textos, produzidos pelos agentes como “memórias”, revelam ainda diferenças significativas entre momentos históricos e mecanismos de objetivação de capitais (escolar, econômico, político) e das estratégias de reconversão possíveis. De um modo geral, no primeiro período observado, o exercício e a aceitação da dominação, os processos de heroicização e os atributos valorizados, consistem na mescla dos idiomas da “violência”, da “regras jurídicas”, do “uso das palavras” (escrita e oratória) e das instituições democráticas em construção<sup>11</sup>. Na sequência, outros princípios e critérios de hierarquização social passam a se impor, como a afirmação dos títulos escolares e dos percursos militantes, permitindo a conversão desses novos critérios de aferição de excelência social em recursos de luta política, assim como em novas simbologias e fundamentos de excelência social que alimentam a eternização de “vultos”<sup>12</sup>.

O que pode ser verificado por intermédio dos tipos de eventos de afirmação destacados por Victorino Freire e Daniel Krieger (em uma seção), e Eliezer Moreira Filho e Paulo Paim (na seção seguinte). Isso sem deixar de atentar para como interpretaram o ingresso na carreira política como resultantes seja da participação em lutas militares, seja em equipes de técnicos que auxiliaram governos, ou ainda em movimentos sociais como movimento estudantil e sindicalismo.

---

11 Para uma análise desses recursos reunidos em um mesmo caso e acionados no referido período, ver Grynszpan (1990).

12 Ver também Coradini (1998b).

Outro aspecto a ser grifado refere-se à autolocalização dos agentes nos tecidos relacionais que dão sentido às identificações, distinções e tomadas de posição. No caso do Maranhão, as interpretações oferecidas pelos dois autores de “memórias” à história política estadual e à sua inscrição na mesma, trazem à tona a leitura hegemônica concebida em termos de “ciclos” (“vitorinismo” x “sarneísmo”), de idealizações de um passado próspero e projeções de um “futuro promissor”. No caso do Rio Grande do Sul, foram exaltadas a polarização de forças partidárias e as fronteiras entre siglas políticas tidas como “herança” de um passado de lutas entre facções militares e políticas, transparecendo nas descrições toda a maleabilidade que comporta devido aos rearranjos de clivagens e de sucessões familiares tão nítidas nos dois casos investigados.

O que não deixa de reforçar alguns resultados apresentados anteriormente no que tange aos processos de seleção social e política nos dois estados: no primeiro caso, mais controlada por segmentos estabelecidos que monopolizam posições de poder e executam a cooptação de segmentos ascendentes; e, no segundo caso, relativamente mais diversificada em termos de extração social e de divisão em forças políticas (GRILL, 2008 e 2009).

Finalmente, ao comparar o material entre si, observam-se correlações entre posição social (principalmente titulação escolar obtida e destaque profissional alcançado) e a posição política (relevância do estado de origem na política nacional, centralidade nas organizações partidárias e cargos alcançados na hierarquia política), com as características das “memórias” produzidas. Há uma hierarquização dos autores no que se refere a: editoras pelas quais publicam as “memórias”; número e notoriedade de prefaciadores e apresentadores; autoridade para interpretar “fatos históricos” e fornecer “versões” sobre eles, assim como para não se submeter meramente à narrativa cronológica. Considerando o primeiro eixo, há franca vantagem para Daniel Krieger e Eliézer Moreira Filho (que produzem as “memórias” com maior número de páginas e com pretensões mais históricas, são mais titulados e profissionalmente melhor estabelecidos). Tomando o segundo eixo, Daniel Krieger e Paulo Paim se destacam pela combinação mais equilibrada da proximidade com governantes, da importância no interior dos partidos e do peso do seu estado na lógica federativa. Não por acaso, Daniel Krieger, que combina títulos e atividades profissionais valorizadas com reputação nas articulações da política nacional, publica na principal editora um livro ao qual é atribuído alto peso como

“depoimento histórico”. Sem deixar de realçar os efeitos da condição periférica em termos de localização regional (Maranhão) e posição social (desapossamento no que tange a títulos escolares e profissionais considerados relevantes) patentes no nível de ressonância do escrito de Victorino Freire.

## Referências

ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CANÊDO, L. B. O capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v.8, n. 15, p. 55-75, jun, 2011.

CANÊDO, L. B. Continuidade e descontinuidade na ordem política brasileira: o caso de Minas Gerais. **Colóquio saber e poder**, Campinas, 2008.

COLLOVALD, Annie. “Identité(s) Stratégique(s)”. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris, n. 73, p. 29-40, abr, 1988.

CORADINI, O. L. “Engajamento associativo/sindical e recrutamento de elites políticas: “empresários” e “trabalhadores” no período recente no Brasil”. **Antropolítica**. Niterói, n. 19, p. 113-146, 2º. semestre, 2007.

\_\_\_\_\_. Escolarização, militância e mecanismos de ‘participação’ política. In: HEREDIA, B. et al. (Org.) **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, I. (Org.) **Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1998a.

\_\_\_\_\_. “Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais”. In: FELIX, L. O. et al. (Org.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998b.

FAUSTO, B. “Imigração e participação política na primeira república”. In: FAUSTO, B. et al. (Org.). **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GARCIA JR., A. Reconversion des elites agraires: du pouvoir local au pouvoir national. **Études Rurales**. Paris, n.131-132, p. 89-105, dez, 1993.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luís, v. 9, n. 17, p. 101-121, 2012.

\_\_\_\_\_. "Ismos", "Ícones" e Intérpretes: as lógicas das "etiquetagens" na política de dois estados brasileiros (MA e RS). **Revista Sociologia e Política**, 2012 (no prelo).

\_\_\_\_\_. Descendentes de imigrantes na política do Rio Grande do Sul e do Maranhão: ascensão social, afirmação eleitoral e cooptação política. In: FERRETTI, S.F.; RAMALHO, J.R. (Org.) **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: Edufma, 2009.

\_\_\_\_\_. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v.16, n.30, p. 65-87, jun, 2008.

GRYNSZPAN M. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 5, n. 14, p. 73-90, out,1990.

LE BART, C. La construction sociale du genre "livre politique". In: ARNAUD, L. & GUIONNET, C. (Org.). **Les frontières du politique**. Paris: PUF, 2005.

\_\_\_\_\_. L'écriture comme modalité d'exercice du métier politique. **Revue Française de Science Politique**. Paris, n.48, p. 76-96, abr, 1998.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que Carreiras Políticas na Esquerda e na Direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-194, 2007.

MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-30. In: FAUSTO, B. (Org.) **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1981.

NEVEU, E. Métier politique: d'une institutionnalisation à une autre. In: LAGROYE, J. (org.). **La Politisation**. Paris: Belin, 2003.

\_\_\_\_\_. Le sceptre, les masques et la plume. **Mots**, Paris, n. 32, p. 7-27, ago, 1992.

OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, M. (Org.). **La profession politique**. Paris: Belin, 1999.

POLLAK, M. **L'expérience concentrationnaire**. Paris: Métailié, 2000.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. **Tomó**, Aracajú, n. 13, p. 127-168, jul, 2008.

\_\_\_\_\_. Saberes em movimento: transações entre intelectuais, definições de Ciências Sociais e a política. In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. **As Ciências Sociais e os espaços da política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012. (no prelo).

\_\_\_\_\_. **Contestação, engajamento e militância**: da luta contra à ditadura à diversificação das formas de intervenção política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: PubliFolha, 2006.

\_\_\_\_\_. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

SAKURAI, C. A fase romântica da política: os primeiros deputados nikkeis no Brasil. In: FAUSTO, Boris et al. (Org.). **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

SEYFERTH, G. Etnicidade, política e ascensão social. In: **Mana**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 38-58, jul, 1999.

SORÁ, G. **Brasilianas. José Olympio e gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2010.

TRUZZI, O. “Sírios e Libaneses em São Paulo”. In: FAUSTO, Boris et al. (Org.) **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

#### Fontes citadas

ABREU, A. et. al. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: FGV,CPDOC, 2009.

FREIRE, V. **A Laje da Raposa**. Rio de Janeiro: Guavira Editores,1978.

KRIEGER, D. **Desde as missões**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

MOREIRA FILHO. E. **Coleção “Cartas às minhas filhas”**. Gráfica e Editora Belas: Artes São Luís. (v. 1 e v. 2), 2007.

PAIM, P. **O rufar dos tambores**. Brasília: Ed. Senado, 2006.

Recebido em: 13.12.2011

Aprovado em: 13.05.2012

## Brazilian Politician’s “memoirs”: social foundations, self-presentation strategies and field of work’s definition

### **Abstract**

This paper presents the results of a larger research on the activity of writing (memoirs, essays, reviews, novels, etc) among Brazilian professional politicians. The emphasis is on the memoirs produced by senators and congressmen who work or have worked in the National Congress. A tool for the symbolic act of self-presentation, self-image building and strategic identities management, the reports analyzed presents patterns of valorized events, political debuts and definition of apace for the political representation experts. The corpus also allows an exam of the native theorization given by the congressman concerning rules, roles and opposing definitions regarding the political game. It also enables a comparison between historical periods, regional contexts and political life institutionalization patterns.

**Keywords:** Memoir. Political profession. Elite. Strategic identities. Institutionalization.